



Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi) e o regime de colaboração na gestão para resultados¹

The Piauí Educational Assessment System (Saepi) in the context of collaborative governance and results-based education management

El Sistema de Evaluación Educativa de Piauí (Saepi) en el contexto de la gobernanza colaborativa y la gestión educativa basada en resultados

Cleverson Moreira Lino²

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dayane Martinelle da Silva Santos³

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luisa Xavier de Oliveira⁴

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Resumo

O presente artigo trata da política de avaliação educacional implementada no estado do Piauí, observando o regime de colaboração, os resultados de desempenho e suas implicações para a organização e gestão das escolas. Busca-se compreender a política de avaliação educacional e o modelo de gestão para resultados desenvolvido pelo Sistema de Avaliação Educacional do Piauí, identificando os mecanismos de colaboração federativa estabelecidos a partir dessa política e os desdobramentos para a gestão educacional. O estudo integra pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede de Estudos e Pesquisa em Políticas de Avaliação Educacional e Accountability (REPAE). A trajetória metodológica baseia-se na pesquisa bibliográfica, fundamentada nas categorias avaliação educacional, *accountability*, gestão para resultados e regime de colaboração, bem como pesquisa documental baseada na análise de leis, decretos, portarias e documentos institucionais relacionados à política de avaliação educacional piauiense. Os resultados indicam que o avanço da implementação do sistema próprio de avaliação mobilizou um regime de colaboração fortemente orientado por mecanismos de monitoramento, responsabilização e gestão para resultados. Observa-se que esse modelo contribui para a ampliação da coordenação educacional e do acompanhamento da aprendizagem, mas também

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

² Doutorando em Educação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0002-1579>. E-mail: cleversonlino@hotmail.com.

³ Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2831-7037>. E-mail: dayainstitucional@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0782-4793>. E-mail: luisaxavier77@ufpi.edu.br.



produz tensões relacionadas à autonomia pedagógica e à gestão democrática da educação pública. Essas políticas produzem efeitos ambivalentes, combinando fortalecimento da gestão educacional com desafios associados à participação democrática e à consideração das desigualdades educacionais nos processos decisórios da política educacional pública.

Palavras-chave: SAEPI; regime de colaboração; *accountability*; gestão para resultados

Abstract

This article examines the Educational Assessment System of Piauí in relation to the collaborative arrangements established between the state and municipal education systems. Rather than treating assessment only as a technical instrument, the study considers how Saepi has become part of a broader model of educational governance, marked by the use of performance data, monitoring procedures, and accountability mechanisms. The aim is to understand how this policy has shaped forms of intergovernmental cooperation and what effects it has produced for educational management and school organization. The research is linked to the Research Network on Educational Assessment Policies and Accountability. It draws on bibliographic research in the fields of educational assessment, accountability, results-based management, and collaborative governance, as well as on the analysis of legislation, official regulations, and institutional documents concerning educational policy in Piauí. The study shows that the consolidation of Saepi has helped strengthen coordination among education authorities and has expanded the monitoring of student learning. At the same time, it has reinforced a management logic strongly oriented toward targets, performance indicators, and accountability. These findings point to ambivalent effects: while the policy may contribute to more systematic planning and follow-up, it also raises concerns about pedagogical autonomy, democratic participation, and the place of educational inequalities in public decision-making.

Keywords: Saepi; educational assessment; *accountability*; collaborative governance; results-based management.

Resumen

Este artículo examina el Sistema de Evaluación Educativa de Piauí en relación con los acuerdos de colaboración establecidos entre los sistemas educativos estatal y municipal. En lugar de considerar la evaluación únicamente como un instrumento técnico, el estudio analiza cómo el Saepi se ha integrado a un modelo más amplio de gobernanza educativa, caracterizado por el uso de datos de desempeño, procedimientos de monitoreo y mecanismos de rendición de cuentas. El objetivo es comprender cómo esta política ha configurado las formas de cooperación intergubernamental y qué efectos ha producido en la gestión educativa y la organización escolar. La investigación se enmarca en la Red de Investigación sobre Políticas de Evaluación Educativa y Rendición de Cuentas. Se basa en la investigación bibliográfica en los campos de la evaluación educativa, la rendición de cuentas, la gestión basada en resultados y la gobernanza colaborativa, así como en el análisis de la legislación, los reglamentos oficiales y los documentos institucionales relativos a la política educativa en Piauí. El estudio demuestra que la consolidación del Saepi ha contribuido a fortalecer la coordinación entre las autoridades educativas y ha ampliado el monitoreo del aprendizaje estudiantil. Al mismo tiempo, ha reforzado una lógica de gestión fuertemente orientada hacia metas, indicadores de desempeño y rendición de cuentas. Estos hallazgos apuntan a efectos ambivalentes: si bien la política puede contribuir a una planificación y un seguimiento más sistemáticos, también suscita

inquietudes sobre la autonomía pedagógica, la participación democrática y el papel de las desigualdades educativas en la toma de decisiones públicas.

Palabras clave: Saepi; evaluación educativa; rendición de cuentas; gobernanza colaborativa; gestión basada en resultados.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as avaliações em larga escala passaram a ocupar posição central na formulação e implementação das políticas educacionais. Em um contexto marcado pela ampliação das reformas orientadas pela racionalidade gerencial, os sistemas avaliativos deixaram de exercer apenas a função diagnóstica e passaram a integrar mecanismos mais amplos de regulação, monitoramento e coordenação da educação pública (Bonamino; Sousa, 2012).

Nesse cenário, indicadores de desempenho, metas educacionais e políticas de responsabilização assumem crescente protagonismo na definição das prioridades institucionais das redes de ensino, influenciando práticas de gestão para resultados, reorganização curricular e dinâmicas pedagógicas orientadas pela lógica dos resultados mensuráveis.

No Brasil, esse movimento intensificou-se especialmente a partir da consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e da expansão de sistemas próprios estaduais de avaliação. Conforme destacam Brooke (2006) e Freitas (2018), a difusão dessas políticas encontra-se articulada a uma lógica de *accountability*⁵ educacional baseada na produção de indicadores, no monitoramento contínuo dos resultados e na indução de mecanismos de responsabilização institucional.

Em consequência, a avaliação educacional passou a ocupar papel estratégico na governança educacional, entendida neste estudo como o conjunto de mecanismos e estratégias utilizados pelo poder público para coordenar, orientar e acompanhar os sistemas de ensino. Nesse contexto, as avaliações em larga escala passaram a produzir impactos sobre as formas de planejamento, monitoramento e gestão das políticas públicas educacionais, ampliando a produção de informações e a definição de prioridades educacionais, além de influenciar processos decisórios e relações institucionais entre os entes federados. Esse movimento favoreceu a expansão dos

⁵ O termo *accountability* é oriundo da política e conceitualmente se refere a algumas características, das quais destaca-se o controle da ação governamental, ou seja, os governos devem prestar contas, informar e justificar suas ações, podendo sofrer sanções caso não ajam de acordo com as regras estabelecidas.

sistemas avaliativos e a incorporação de mecanismos de *accountability* educacional e responsabilização institucional aos sistemas estaduais de ensino (Abrucio; Segatto; Pereira, 2017; Oliveira; Costa; Carvalho, 2024).

Paralelamente, a Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 211, instituiu o regime de colaboração como princípio estruturante da organização educacional brasileira, atribuindo responsabilidades compartilhadas à União, aos estados e aos municípios (Brasil, 1988). Esse princípio foi posteriormente reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que reconhecem a articulação federativa como estratégia para redução das desigualdades educacionais. Entretanto, sua materialização ocorre de forma heterogênea no país, assumindo diferentes formatos institucionais e distintos níveis de coordenação entre os entes federados (Abrucio; Segatto; Pereira, 2017).

Nesse contexto, alguns estados brasileiros passaram a estruturar políticas educacionais apoiadas em avaliações em larga escala, incorporando mecanismos de monitoramento e incentivos financeiros vinculados ao desempenho educacional. Entre essas experiências, destaca-se o modelo desenvolvido pelo estado do Ceará, frequentemente apontado como referência nacional em políticas de cooperação federativa orientadas por resultados educacionais (Abrucio; Segatto; Pereira, 2017). Tal experiência influenciou diferentes estados, especialmente no Nordeste, fortalecendo modelos articulados entre avaliação, acompanhamento pedagógico, formação e incentivos financeiros.

No estado do Piauí, esse processo materializa-se com a consolidação do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi), instituído pelo Decreto nº 14.624/2011 e posteriormente ampliado no âmbito das políticas estaduais de alfabetização e gestão educacional a partir do ano de 2021. Inicialmente concebido como instrumento de diagnóstico da aprendizagem, o sistema passou gradativamente a assumir funções mais amplas de monitoramento, coordenação e indução das políticas educacionais, articulando-se ao Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), Lei nº 7.453/2021, ao Prêmio Alfa-10, Decreto nº 21.592/2022, e aos mecanismos de redistribuição vinculados ao ICMS Educação, Lei nº 7.540/2021 e Decreto nº 20.429/2021. Destarte, o Saepi deixou de operar exclusivamente como instrumento de acompanhamento da aprendizagem e passou a integrar um modelo de gestão, no qual os resultados das avaliações assumem papel central na formulação e no acompanhamento das políticas educacionais piauienses.

A expansão desse modelo suscita importantes debates acerca das relações entre avaliação educacional, regime de colaboração e seus desdobramentos para a gestão da educação pública sob a perspectiva da responsabilização educacional. Se, por um lado, a política avaliativa contribui para fortalecer o acompanhamento da aprendizagem, ampliar a coordenação federativa e organizar ações pedagógicas e administrativas das redes de ensino; por outro, também produz tensões relacionadas à intensificação da lógica performativa, à crescente centralidade dos indicadores quantitativos e aos limites impostos à gestão democrática da educação pública (Ball, 2005; Freitas, 2018).

Além disso, estudos recentes de Silva (2024) e Silva, Soares e Oliveira (2023) sobre o regime de colaboração e a política de avaliação educacional no Piauí apontam que a avaliação em larga escala vem assumindo papel estruturante na coordenação entre estado e municípios, produzindo mecanismos de pactuação e indução política mediados pelo monitoramento educacional e pela lógica de resultados. Nessa perspectiva, essa política ultrapassa sua função meramente técnica e passa a operar como instrumento de governança educacional, influenciando formas de organização institucional, definição de prioridades pedagógicas e distribuição de incentivos financeiros entre os entes federados.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a política de avaliação educacional implementada no Piauí e sua articulação com o regime de colaboração e a gestão para resultados, bem como suas implicações para a organização da educação pública e a gestão das escolas. Busca-se compreender como o Saepi se consolida como eixo articulador da coordenação federativa educacional no estado e quais desdobramentos emergem desse modelo para a gestão educacional e para os processos de responsabilização institucional.

A trajetória metodológica compreendeu a pesquisa bibliográfica, fundamentada nas categorias avaliação em larga escala, *accountability* educacional, gestão para resultados, federalismo educacional e regime de colaboração. O referencial teórico foi construído a partir de estudos nacionais sobre políticas de avaliação e responsabilização educacional, utilizando contribuições de Ball (2005), Brooke (2006), Bonamino e Sousa (2012), Freitas (2018), Cury (2008), Abrucio, Segatto e Pereira (2017), bem como pesquisas mais recentes voltadas à compreensão das políticas educacionais no contexto piauiense, com destaque para Oliveira, Costa e Carvalho (2024), Segatto e Abrucio (2016), Silva (2024) e Silva, Soares e Oliveira (2023).

Paralelamente, realizou-se pesquisa documental mediante análise de dispositivos normativos e documentos institucionais relacionados à política educacional piauiense, incluindo o Decreto nº 14.624/2011, que instituiu o Saepi, a Lei nº 7.453/2021, referente ao PPAIC, a Lei nº 7.540/2021 e o Decreto nº 20.429/2021, relacionados ao ICMS Educação, além do Decreto nº 21.592/2022, que regulamenta o Prêmio Alfa-10.

A análise concentrou-se na interpretação das relações entre as categorias investigadas no contexto da política educacional piauiense. Para fins de revisão textual, organização linguística e apoio à sistematização do manuscrito, utilizou-se ferramenta de inteligência artificial generativa, mantendo-se integral responsabilidade analítica, interpretativa e autoral dos pesquisadores sobre o conteúdo produzido, em conformidade com as diretrizes éticas da revista.

Estruturalmente, o artigo encontra-se organizado em duas seções principais, além das considerações finais. A primeira discute a política de avaliação educacional e o modelo de gestão para resultados desenvolvido pelo Saepi, bem como sua articulação com o regime de colaboração entre estado e municípios piauienses. A segunda problematiza os desdobramentos do Saepi, considerando suas possíveis contribuições para a gestão educacional, bem como as tensões e limites decorrentes da consolidação de uma política orientada por resultados no contexto da educação pública piauiense.

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E A GESTÃO PARA RESULTADOS NO CONTEXTO DO SAEPI

A consolidação das avaliações em larga escala no Brasil encontra-se associada às transformações ocorridas na gestão das políticas públicas educacionais nas últimas décadas. Inseridos em um contexto marcado pela expansão de reformas administrativas orientadas pela racionalidade gerencial, os sistemas avaliativos passaram a assumir posição estratégica na organização dos sistemas de ensino, interligando monitoramento, produção de indicadores, definição de metas e acompanhamento do desempenho escolar, fortalecendo mecanismos de regulação das políticas educacionais (Bonamino; Sousa, 2012).

Nesse contexto, a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) representou importante marco para a institucionalização da cultura avaliativa no país. A partir da década de 1990, a ampliação do uso de indicadores educacionais

e a consolidação de métricas de desempenho favoreceram a expansão de sistemas próprios de avaliação nos estados brasileiros. Conforme argumentam Segatto e Abrucio (2016), o fortalecimento desses sistemas ocorreu simultaneamente à ampliação dos mecanismos de coordenação federativa, mediante diretrizes normativas, processos regulatórios e instrumentos de avaliação que passaram a orientar a atuação dos entes subnacionais na implementação das políticas educacionais.

A disseminação desse modelo relaciona-se diretamente à ascensão de políticas educacionais orientadas por *accountability* e performatividade. Para Ball (2005), as reformas contemporâneas passaram a estruturar os sistemas educacionais mediante mecanismos de comparação, metas e controle de resultados, produzindo uma cultura institucional fortemente baseada no desempenho mensurável. Nessa perspectiva, os indicadores educacionais tornam-se tecnologias de regulação capazes de reorganizar práticas administrativas, curriculares e pedagógicas, ao mesmo tempo que reforçam processos de responsabilização institucional e profissional.

No caso brasileiro, esse processo fortaleceu-se com a crescente articulação entre avaliação, financiamento e mecanismos de indução das políticas públicas educacionais. Brooke (2006) destaca que os modelos de responsabilização educacional desenvolvidos no país passaram gradativamente a associar o desempenho das redes de ensino a consequências institucionais, aproximando-se de modelos de *accountability* de maior intensidade. Nessa perspectiva, Freitas (2018) argumenta que a centralidade atribuída aos indicadores educacionais produz mudanças significativas na organização da escola pública, podendo deslocar o foco da formação humana ampla para o alcance de metas e resultados definidos pelos sistemas avaliativos.

É nesse cenário que se insere o Saepi, criado oficialmente em 2011 como política estadual de monitoramento da aprendizagem. Conforme destacam Silva, Oliveira e Sousa (2024), a implementação do Saepi ocorreu inicialmente a partir da necessidade de construção de um diagnóstico mais sistemático sobre o desempenho educacional da rede estadual, especialmente no contexto das políticas de alfabetização e melhoria dos indicadores educacionais. Entretanto, ao longo de sua trajetória, o sistema ampliou significativamente seu escopo de atuação, passando a

integrar mecanismos mais amplos de coordenação e indução das políticas educacionais piauienses.

Antes mesmo da institucionalidade do Saepi, o estado do Piauí já havia desenvolvido experiências avaliativas anteriores, como a denominada Prova Piauí, implementada em 2008. Posteriormente, o sistema de avaliação estadual passou a incorporar diferentes etapas da educação básica e a ampliar progressivamente sua abrangência territorial e institucional. Especialmente a partir de 2022, o estado passou a adotar mecanismos característicos de responsabilização do tipo *high-stakes*⁶, associando resultados educacionais a estratégias de indução institucional e acompanhamento do desempenho das redes de ensino (Silva; Soares; Oliveira, 2023).

Tal processo demonstra que o Saepi ultrapassou gradativamente a condição de instrumento técnico de diagnóstico para consolidar-se como eixo estruturador de uma gestão educacional orientada por resultados. A utilização dos resultados das avaliações passou a incorporar mecanismos de monitoramento, premiação e indução institucional, fortalecendo práticas de planejamento, acompanhamento pedagógico e responsabilização das redes de ensino (Silva; Soares; Oliveira, 2023). Nesse contexto, a avaliação deixa de operar exclusivamente como instrumento de aferição da aprendizagem e passa a assumir funções mais amplas de intervenção e organização da gestão educacional.

Essa lógica aproxima-se daquilo que Ball (2005) denomina de cultura da performatividade, caracterizada pela centralidade atribuída à mensuração do desempenho e pela utilização de indicadores como critérios de legitimação institucional. Segundo o autor, políticas orientadas pela performatividade tendem a reorganizar os sistemas educacionais a partir de mecanismos de comparação, competitividade e pressão por resultados, transformando indicadores em instrumentos de regulação das práticas escolares. Em consequência, a produção contínua de dados, metas e parâmetros de desempenho passa a influenciar processos decisórios das redes de ensino, produzindo efeitos sobre o currículo, a gestão escolar e as prioridades pedagógicas das instituições educativas.

No caso do Piauí, esse modelo ganha maior densidade com a articulação entre o Saepi, o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), o Prêmio Alfa-10 e o ICMS Educação. Tais iniciativas passam a constituir um conjunto

⁶ O modelo *high-stakes* (altas consequências) envolve ampla divulgação dos resultados, porém possui mecanismos de recompensas e sanções aos envolvidos.

integrado de políticas orientadas pela gestão para resultados, mobilizando mecanismos de acompanhamento sistemático, premiação institucional, redistribuição de recursos e monitoramento do desempenho das redes municipais e estadual.

Essa integração evidencia que o sistema próprio de avaliação desenvolvido no Piauí não se limita à produção de diagnósticos educacionais, mas integra um modelo mais amplo de governança educacional orientado pela racionalidade gerencial. Conforme estudo sobre o regime de colaboração no estado do Ceará, as experiências contemporâneas de coordenação educacional vêm sendo estruturadas a partir de um tripé composto por formação, elaboração, distribuição de material e acompanhamento pedagógico; monitoramento e avaliação; e incentivos financeiros ligados aos resultados de aprendizagem (Abrucio; Segatto; Pereira, 2017). Tal formulação aproxima-se significativamente do desenho institucional observado no Piauí.

Desse modo, o Saepi consolida-se como política estratégica para a organização da gestão educacional no estado, articulando a tríade avaliação, pactuação federativa e gestão orientada por resultados. Por outro lado, depreende-se que a ampliação desse modelo também suscita debates acerca dos limites e tensões decorrentes da crescente centralidade atribuída aos indicadores educacionais na condução das políticas públicas.

Nesse contexto, a trajetória histórico-normativa da política educacional piauiense vinculada ao Saepi evidencia o fortalecimento progressivo de mecanismos de coordenação, responsabilização e indução institucional no estado do Piauí, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Marcos da consolidação da política educacional articulada ao Saepi

Ano	Instrumento normativo/político	Objetivo principal	Relação com o Saepi	Implicações para o regime de colaboração
2011	Criação do Saepi	Diagnóstico da aprendizagem	Estruturação da avaliação estadual	Institucionaliza referência comum de monitoramento entre estado e municípios
2021	PPAIC	Alfabetização em regime de colaboração	Ampliação da avaliação	Fortalece a coordenação pedagógica entre os entes federados
2021	ICMS Educação	Redistribuição por resultados	Vinculação financeira	Induz adesão às metas e indicadores estaduais
2022	Alfa-10	Premiação por desempenho	<i>Accountability</i> e indução	Reforça mecanismos de responsabilização e cooperação
2022–2025	Expansão da responsabilização	Gestão para resultados	Consolidação do modelo	Amplia a coordenação mediada por indicadores educacionais

Fonte: Elaborado pelos autores com base na legislação e nos documentos analisados (2026).

Os elementos sistematizados no Quadro 1 permitem compreender que a trajetória da política educacional articulada ao Saepi não ocorreu por meio de iniciativas isoladas ou exclusivamente técnicas, mas mediante a incorporação progressiva de instrumentos normativos e mecanismos institucionais que ampliaram as funções inicialmente atribuídas ao sistema de avaliação. Se, em sua origem, o Saepi apresentava finalidade predominantemente diagnóstica, sua trajetória posterior evidencia um processo de expansão de seu papel na organização das políticas educacionais piauienses.

Observa-se que, especialmente a partir de 2021, ocorre maior integração entre avaliação educacional, alfabetização de crianças, financiamento e mecanismos de responsabilização institucional. A articulação entre o PPAIC, o ICMS Educação e o Prêmio Alfa-10 revelam que a avaliação em larga escala passou a operar como instrumento de coordenação e indução política, extrapolando a função de acompanhamento da aprendizagem e assumindo papel relevante na definição de prioridades educacionais e na organização da gestão pública educacional.

Nesse contexto, a trajetória piauiense aproxima-se de um processo mais amplo, observado em diferentes estados brasileiros, marcado pela expansão das políticas de *accountability* educacional e pela crescente utilização de avaliações em larga escala como instrumentos de monitoramento, incentivos e responsabilização institucional (Oliveira; Costa; Carvalho, 2024). Entretanto, a incorporação desses mecanismos suscita também questionamentos acerca dos limites da centralidade atribuída aos indicadores educacionais, especialmente quando considerados seus efeitos sobre a autonomia das redes de ensino e sobre os processos de gestão democrática.

Mais do que representar uma sucessão de instrumentos normativos, essa trajetória evidencia um processo de reconfiguração da política educacional piauiense. A avaliação deixa de ocupar posição acessória para tornar-se elemento estruturador da coordenação entre estado e municípios, articulando mecanismos de monitoramento, indução e financiamento em torno de objetivos comuns. Nesse sentido, a política avaliativa passa a operar como eixo organizador da governança educacional estadual.

No contexto piauiense, essa dinâmica torna-se mais evidente na articulação entre Saepi, Prêmio Alfa-10 e ICMS Educação, em que resultados avaliativos passam a influenciar mecanismos de financiamento e organização das redes municipais. A

análise dos marcos normativos da política educacional do estado evidencia uma associação entre o desempenho da aprendizagem e a distribuição de recursos, incorporando elementos característicos de uma lógica meritocrática e aproximando o financiamento educacional de parâmetros vinculados ao desempenho institucional.

SAEPI: RESPONSABILIZAÇÃO, GESTÃO PARA RESULTADOS E TENSÕES DEMOCRÁTICAS

À medida que o Saepi foi se consolidando no contexto da educação piauiense, passou a assumir função estratégica na definição das prioridades educacionais do estado, produzindo mudanças significativas em sua organização. A ampliação do acompanhamento da aprendizagem, a sistematização de indicadores educacionais e o fortalecimento da articulação entre estado e municípios contribuíram para maior institucionalização das ações pedagógicas e administrativas das redes de ensino.

Nesse contexto, além de fortalecer práticas de planejamento e gestão pedagógica, o sistema ampliou mecanismos de coordenação entre os entes federados por meio de avaliações padronizadas, formação continuada e apoio técnico às redes municipais. A articulação entre Saepi, PPAIC, Prêmio Alfa-10 e ICMS Educação reforçou a centralidade da alfabetização de crianças nas políticas educacionais piauienses, mobilizando as redes de ensino em torno do alcance dessa meta educacional.

Sob essa perspectiva, a articulação entre avaliação educacional, mecanismos de responsabilização e instrumentos de indução institucional torna-se mais evidente no contexto piauiense. A integração entre o Saepi, o Prêmio Alfa-10 e o ICMS Educação faz com que os resultados das avaliações passem a influenciar mecanismos de financiamento e organização das redes municipais. Estudos sobre a política educacional do estado indicam que a associação entre desempenho e distribuição de recursos incorpora elementos característicos de uma lógica meritocrática, aproximando o financiamento educacional de parâmetros vinculados a resultados institucionais mensuráveis. Essa configuração aproxima-se do que Brooke (2006) caracteriza como modelos de *accountability* de maior intensidade, nos quais avaliação, metas e consequências institucionais passam a constituir mecanismos articulados de indução das políticas educacionais.

A ampliação desses mecanismos também produz efeitos sobre a organização das redes de ensino. A centralidade atribuída aos indicadores tende a reorganizar

práticas de gestão, acompanhamento pedagógico e definição de prioridades institucionais, fortalecendo processos de performatividade. Ball (2005) argumenta que políticas orientadas por resultados produzem culturas institucionais baseadas na comparação permanente, na pressão por desempenho e na intensificação dos mecanismos de controle, transformando indicadores em tecnologias de regulação das práticas escolares.

Nessa direção, Freitas (2018) adverte que modelos fortemente orientados por resultados podem produzir estreitamento curricular, centralidade excessiva nos descritores avaliados e intensificação da pressão institucional sobre escolas e profissionais da educação. Embora as avaliações contribuam para o acompanhamento da aprendizagem e para a organização da gestão educacional, sua utilização como principal parâmetro de qualidade pode reduzir a complexidade dos processos educativos à lógica quantitativa dos indicadores.

A aproximação entre Ball (2005) e Freitas (2018) permite compreender que a centralidade dos indicadores não produz apenas mudanças nos instrumentos de avaliação, mas reconfigura as formas de gestão educacional. Enquanto Ball enfatiza a performatividade como tecnologia de regulação, Freitas evidencia seus efeitos sobre o currículo, o trabalho docente e a organização da escola pública, permitindo interpretar o caso piauiense para além de sua dimensão normativa.

Ademais, a leitura conjunta desses autores permite compreender que a experiência piauiense não representa apenas a expansão de um sistema próprio de avaliação, mas a consolidação de um modelo de coordenação educacional em que avaliação, financiamento e responsabilização passam a operar de forma sistêmica na condução das políticas públicas.

No âmbito do regime de colaboração, essas tensões tornam-se ainda mais evidentes. Apesar de contribuir para o alinhamento das políticas educacionais e fortalecimento do acompanhamento técnico das redes municipais, a coordenação estadual também pode ampliar processos de verticalização das decisões educacionais. Embora o regime de colaboração seja formalmente sustentado por princípios de cooperação e horizontalidade, sua operacionalização frequentemente apresenta assimetrias institucionais e capacidades diferenciadas de decisão entre os entes federados (Segatto; Abrucio, 2016).

Essa discussão adquire relevância quando analisada sob a perspectiva da gestão democrática da educação pública. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecem a participação coletiva e a

autonomia dos sistemas de ensino como princípios estruturantes da organização educacional brasileira (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Assim, uma presente tensão evidencia que mecanismos de coordenação capazes de fortalecer a gestão educacional podem, simultaneamente, restringir espaços de autonomia e deliberação coletiva, exigindo permanente equilíbrio entre eficiência administrativa e gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu compreender que o Saepi, especialmente a partir de 2021, ultrapassou progressivamente sua função inicial de diagnóstico da aprendizagem e passou a assumir papel estratégico na organização das políticas educacionais do estado. Sua articulação com o regime de colaboração, a gestão para resultados e os mecanismos de responsabilização produziu desdobramentos relevantes para a organização da educação pública e para a gestão das escolas.

Nesse processo, a política avaliativa passou a concatenar mecanismos de acompanhamento pedagógico, definição de metas, incentivos institucionais e responsabilização educacional, materializando-se na integração entre o Saepi, o PPAIC, o Prêmio Alfa-10 e o ICMS Educação. Essa característica evidencia que a avaliação em larga escala deixou de constituir apenas instrumento de acompanhamento da aprendizagem para assumir função estruturante na coordenação das políticas educacionais piauienses.

Sob essa perspectiva, o regime de colaboração passou a operar fortemente mediado pela política de avaliação estadual, incorporando mecanismos de pactuação, monitoramento, indução e coordenação institucional. A avaliação educacional tornou-se referência para a produção de indicadores, o acompanhamento das redes de ensino e a definição de prioridades administrativas e pedagógicas, consolidando um modelo de governança educacional orientado por resultados.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que a consolidação desse modelo produz tensões relevantes para a gestão da educação pública. A crescente centralidade atribuída aos indicadores educacionais fortaleceu mecanismos de responsabilização e indução institucional que, embora contribuam para a organização da gestão educacional e para o monitoramento das políticas públicas, também suscitam desafios relacionados à autonomia pedagógica, à gestão democrática e à capacidade de definição de prioridades pelos sistemas municipais de ensino. Embora

o regime de colaboração preserve formalmente a autonomia dos entes federados, a crescente vinculação entre avaliação, financiamento e incentivos institucionais tende a reduzir as margens de definição das prioridades educacionais pelos municípios, sobretudo quando mecanismos de reconhecimento e redistribuição de recursos passam a ser condicionados aos indicadores produzidos pelo sistema avaliativo.

Os resultados permitem reconhecer, portanto, que políticas de responsabilização educacional produzem efeitos ambivalentes. Ao mesmo tempo em que ampliam a disponibilidade de informações, fortalecem mecanismos de coordenação interfederativa e favorecem a institucionalização de práticas de acompanhamento das redes de ensino, também podem deslocar a compreensão da qualidade educacional para parâmetros predominantemente vinculados ao desempenho mensurável, reduzindo a complexidade dos processos educativos à lógica dos indicadores.

Considerando o referencial teórico mobilizado e a trajetória da política educacional piauiense, verifica-se que a expansão dos sistemas próprios de avaliação não modifica apenas os instrumentos de acompanhamento da aprendizagem, mas também reconfigura formas de coordenação federativa, prioridades institucionais e relações entre estado e municípios. O caso do Piauí evidencia, nesse sentido, tendências observadas em outras experiências brasileiras que articulam avaliação em larga escala, financiamento e mecanismos de responsabilização, contribuindo para ampliar o debate sobre as formas contemporâneas de governança das políticas públicas de educação.

Como limitação, este estudo concentrou-se na análise bibliográfica e documental da política educacional piauiense, não contemplando evidências empíricas produzidas diretamente junto aos gestores, profissionais da educação e redes municipais envolvidas na implementação do Saepi. Embora essa opção metodológica tenha permitido compreender a estrutura normativa e institucional da política, novas investigações poderão aprofundar a análise de seus processos de implementação e de seus desdobramentos no cotidiano das escolas e dos sistemas municipais de ensino.

Nessa direção, pesquisas futuras poderão examinar as implicações do Saepi para a gestão escolar, as práticas pedagógicas, a organização curricular, a atuação docente e a autonomia dos municípios no âmbito do regime de colaboração, bem como desenvolver estudos comparativos com políticas semelhantes implementadas em outros estados brasileiros. Tais agendas de pesquisa poderão ampliar a

compreensão sobre as potencialidades e os limites das políticas de avaliação em larga escala como instrumentos de coordenação das políticas públicas educacionais.

Por fim, a experiência analisada indica que a avaliação em larga escala deixou de ocupar posição acessória na administração dos sistemas de ensino para tornar-se elemento estruturador da governança educacional. Mais do que produzir indicadores sobre a aprendizagem, políticas dessa natureza redefinem formas de coordenação entre os entes federados, reorganizam prioridades institucionais e atribuem novos sentidos às relações entre avaliação, gestão e responsabilização na educação pública.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni; PEREIRA, Maria Cecília Gomes. Regime de colaboração no Ceará: funcionamento, causas do sucesso e alternativas de disseminação do modelo. São Paulo: Instituto Natura, 2017.

BALL, Stephen John. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539–564, set./dez. 2005. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/372>. Acesso em: 16 mai. 2026.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/k5H9YG9Hk4gQ3rVQKQb9wbn/>. Acesso em: 16 mai. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/y7K6x8jV5mH9g8m4q9H5xFs/>. Acesso em: 16 mai. 2026.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ZKfQ5j7g9qj5VvK3dLwM6Xx/>. Acesso em: 16 mai. 2026.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLIVEIRA, Luisa Xavier de; COSTA, Anderson Gonçalves; CARVALHO, Wirla Risany Lima. Desenhos e experiências de políticas de responsabilização escolar no Brasil. **Debates em Educação**, Maceió, v. 16, n. 38, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/16037>. Acesso em: 16 mai. 2026.

PIAUÍ. Decreto nº 14.624, de 29 de novembro de 2011. Institui o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi). **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Teresina, 2011.

PIAUÍ. Lei nº 7.453, de 08 de janeiro de 2021. Institui o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa e dispõe sobre o regime de colaboração para alfabetização no estado do Piauí. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Teresina, 2021a.

PIAUÍ. Lei nº 7.540, de 29 de julho de 2021. Dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela da receita do ICMS pertencente aos municípios do estado do Piauí. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Teresina, 2021b.

PIAUÍ. Decreto nº 20.429, de 23 de dezembro de 2021. Regulamenta dispositivos relacionados aos critérios de distribuição do ICMS Educação no estado do Piauí. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Teresina, 2021c.

PIAUÍ. Decreto nº 21.592, de 16 de novembro de 2022. Regulamenta o Prêmio Alfa-10 no âmbito do estado do Piauí. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Teresina, 2022.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 411-429, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5H7sKZQ9V4Hq5L7XvJ8YQ5d/>. Acesso em: 16 mai. 2026.

SILVA, Cleudiana Maria de Oliveira. Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi): potencialidades e limites no ensino médio da rede estadual de ensino. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024. Disponível em: https://ufpi.br/images/arquivos_download/PPGED/PUBLICAES/Teses%20publicadas/CLEUDIANA%20MARIA%20Dissertao%20completa.pdf. Acesso em: 16 mai. 2026.

SILVA, Cleudiana Maria de Oliveira; SOARES, Valéria Gomes; OLIVEIRA, Luísa Xavier de. Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí – Saepi: uma análise da sua trajetória e implementação. In: OLIVEIRA, Luísa Xavier de; GONÇALVES, Maria Célia (org.). **Política educacional e gestão da educação**. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2023. p. 106-115.